



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO TOCANTINS/ CAMETÁ  
FACULDADE DE HISTÓRIA**

**ANA CAMILA BARBOSA CARVALHO**

**A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA: UM ENFOQUE NO  
MUNICÍPIO DE MOCAJUBA (PARÁ)**

Cametá – PA  
2022

**ANA CAMILA BARBOSA CARVALHO**

**A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE  
MOCAJUBA (PARÁ), ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a Faculdade de História da Amazonia Tocantina (FACHTO) do Campus Universitário do Tocantins/UFPA-Cametá, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

Cametá – PA

2022

**ANA CAMILA BARBOSA CARVALHO**

**A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE  
MOCAJUBA (PARÁ), ENTRE OS ANOS DE 2006 A 2020**

Data da defesa: \_\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

---

**Profª Drª . Benedita Celeste de Moraes Pinto  
Orientadora**

---

**Profª. Drª. Tatiane Correa Teixeira  
Avaliadora**

---

**Profª. Ma. Renata Ferreira Siqueira  
Avaliadora**

Dedico esse trabalho em memória de minha querida vó Maria de Jesus Barbosa Carvalho, meu alicerce em todas as horas, o seu amor me salvou inúmeras vezes e sem o seu apoio não chegaria em lugar algum. “As pessoas que amamos nunca morrem, elas permanecem vivas em nossos corações”.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus por ter me concedido força e discernimento para conclusão do meu curso dos sonhos.

Agradeço aos(as) meus(minhas) professores(as) da Faculdade de História da Amazônia Tocantina (FACHTO) pelos ensinamentos ao longo desses 4 anos e que não me deixaram fraquejar. De forma especial, agradeço a minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Benedita Celeste de Moraes Pinto, que nos momentos de angústia sempre me confortava com um conselho. Celeste é minha inspiração de vida.

Agradeço minha querida mãe Maria Edileusa que nunca mediu esforços para que eu pudesse estudar.

Agradeço ao meu avô/pai Jorge Carvalho que me criou com toda dedicação e amor para que me tornasse uma mulher forte e empoderada. As pedras não foram em vão, pai.

Agradeço as minhas amadas tias/irmãs Dilena e Ana Claudia por me apoiarem em cada etapa da minha vida, foram o ponta pé inicial da minha graduação.

Agradeço ao meu tio Luís Humberto por todo apoio e incentivo que me deu ao longo do curso.

Aos meus irmãos, Maria Carolina, Marcelo Carvalho e meu amado Eduardo Ferreira vocês são a luz da minha vida e meu apoio emocional.

Meus sinceros agradecimentos ao meu amigo Alander Meireles que de forma significativa me ajudou na conclusão desse trabalho.

Marcel Furtado, sou grata por tudo que fizeste por mim nesses quatro anos de curso, obrigada por não me deixar desistir.

Meus profundos agradecimentos a minha amiga Isis Tayna e seus pais que me acolheram em sua casa ao longo desse trajeto. Não tenho palavras para expressar a gratidão que sinto por essa família.

Agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indireta na realização da minha pesquisa.

*“Mulher é nossa consciência de classe política e agradeço a quem entender isso e não queira roubar nossos meios de luta, nem desmoronar nossos espaços para derrubar esse sistema, e isso não é liberal, é radical!”*

**Emma Bébinn**

## RESUMO

O presente estudo versa sobre a representatividade feminina na política no município de Mocajuba, visando compreender e pontuar brevemente a respeito de aspectos culturais, sociais e históricos que incidem na participação feminina na política brasileira. O trabalho abordou vertentes para refletir acerca das relações de gêneros nos espaços de poder e decisão política a partir da representação feminina na câmara e também na gestão municipal de Mocajuba. A problemática permite indagar: Por quê a presença feminina na política mocajubense (e do Brasil é numericamente) tão inferior em relação aos homens? O objetivo geral visa analisar e refletir a respeito da trajetória política das mulheres, dando ênfase em duas mulheres mocajubenses que exercem cargos com poder de decisão. O trabalho dialoga com teóricos cujas obras pontuam sobre aspectos políticos, representatividade feminina, movimentos feministas, dentre outros assuntos tratados na pesquisa. Desta forma, dialogamos com as perspectivas de BERTI (2015), COSTA (1998), PINHEIRO (2006), PINTO (2010), FERREIRA (2017), dentre outros (as). Nesse viés, se realizou pesquisa de campo para coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas a partir da abordagem qualitativa. Os Dados da pesquisa apontam que apesar de as mulheres serem maioria do eleitorado brasileiro e paraense, muitas ainda não despertaram para a vida e participação na política. As informações levantadas trazem teóricos, como COSTA (1998), que apontam que esta situação é um “fator histórico” e que ainda seguimos com resquícios de um sistema patriarcal. Por fim, nos resta buscar inspiração nos movimentos femininos que historicamente lutaram pela representação feminina na política e até hoje lutam para que as mulheres tenham seu lugar, sua oportunidade e sua representatividade em diversas áreas e que superem qualquer dificuldade relacionada ao gênero, pois isso não mede a capacidade feminina de comandar, gerir, executar e decidir aquilo que estiver sob seu comando.

**PALAVRAS-CHAVE:** REPRESENTAÇÃO FEMININA. POLÍTICA. GÊNERO. MOCAJUBA.

## **ABSTRACT**

The present study will deal with female representation in politics in the municipality of Mocajuba, aiming to understand and briefly point out the cultural, social and historical aspects that affect female participation in Brazilian politics. The work addressed aspects to reflect on gender relations in the spaces of power and political decision from the female representation in the city council and also in the municipal management of Mocajuba. The problem allows to ask: Why is the female presence in Mocajuba politics (and in Brazil it's numerically) so inferior in relation to men? The general objective aims to analyze and reflect on the political trajectory of women, emphasizing two women from Mocajuba who hold positions with decision-making power. The work will dialogue with theorists whose works focus on political aspects, female representation, feminist movements, among other subjects highlighted in the research. In this scenario, we dialogue with the perspectives of Berti (2015), Costa (1998), Pinheiro (2006), Pinto (2010), Ferreira (2017), among others. In this bias, field research was carried out to collect data through semi-structured interviews and the approach was qualitative and quantitative. Research data indicate that although women are the majority of the Brazilian and Pará electorate, many have not yet awakened to life and participation in politics. The information collected brings theorists, such as Costa (1998), who point out that this situation is a "historical factor" and that we still continue with remnants of a patriarchal system. Finally, it remains for us to seek inspiration from the women's movements that have historically fought for female representation in politics and to this day struggle for women to have their place, opportunity and representation in various areas and to overcome any difficulty related to gender, as this does not measure the female ability to command, manage, execute and decide what is under her command.

**KEYWORDS:** FEMALE REPRESENTATION. POLITIC. GENDER. MOCAJUBA.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I - MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA: RELAÇÕES DE GÊNERO, CRONOLOGIA E PERSPECTIVAS</b>	17
1.1. REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA	17
1.2. BREVE APONTAMENTOS SOBRE OS MOVIMENTOS FEMININOS NO BRASIL	22
1.3. MARCOS HISTÓRICOS DAS MULHERES BRASILEIRAS NOS PODERES LEGISLATIVOS, EXECUTIVOS E OUTRAS INSTIUIÇÕES	25
<b>CAPÍTULO II - A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOCAJUBA</b>	29
<b>2.1. PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EM BUSCA DA REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NA POLÍTICA MOCAJUBENSE</b>	29
2.2. PERSPECTIVAS DE DUAS MULHERES COM REPRESENTAÇÃO NA POLÍTICA MOCAJUBENSE	31
2.3. DEMONTRASTIVO HISTÓRICO-QUANTITATIVO DE MULHERES NA POLÍTICA PARAENSE E MOCAJUBENSE	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	48
<b>FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA</b>	50
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	57

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo versa sobre a representação feminina na política municipal de Mocajuba no Estado do Pará, buscando abordar aspectos relacionados as questões de gênero na política, pontuando a respeito de fatores que podem ser destacados com as atuações das mulheres em panorama dominado pelos homens e pelo sistema patriarcal. Assim como, faz uma breve abordagem histórica evidenciando a força, determinação e perseverança das mulheres no que se refere a busca por um espaço dentro dos poderes legislativo ou executivo brasileiro e paraense, com foco de pesquisa no município de Mocajuba.

O município de Mocajuba está situado na região norte da Amazônia Brasileira (veja imagens 01 e 02), no nordeste paraense, se estende por 870,8 km<sup>2</sup> e contava com 31 136 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 35,8 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Vizinho dos municípios de Baião e Cametá, Mocajuba se situa a 30 km a Norte-Leste de Baião a maior cidade nos arredores. Situado a 16 metros de altitude, de Mocajuba tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 2° 35' 31" Sul, Longitude: 49° 28' 60" Oeste. Dista mais ou menos 230 quilômetros de Belém do Pará, capital do referido estado. No contexto Estadual, a cidade fica na mesorregião do nordeste, dentro da microrregião de Cametá. (cidades@.www.ibge.gov.br.).

A história do município em questão está diretamente ligada ao período de colonização da Amazônia, quando com a fundação de Belém, atual capital do estado do Pará, cujos olhares dos colonizadores se voltaram para a riqueza da Região do Rio Tocantins. Na ocasião o rio era a única ligação com cidades e vilas do interior ,facilitando a entrada e a posse dos europeus nessas terras.. Esse período foi marcado por lutas entre Portugueses, franceses e holandeses com o intuito de conquistar a calha da Amazônia (<http://www.mocajuba.pa.gov.br>).

Para Souza (2013) a origem de Mocajuba está inserida no contexto do papel econômico realizado na região amazônica, principal fornecedora das Drogas do Sertão:

A origem de Mocajuba inclui-se nesse contexto, em que há uma expansão à procura de extrativos das drogas do sertão, do cacau e da borracha dos quais Cametá era o principal entreposto comercial do baixo Tocantins "(SOUZA, 2013).

Para machado (1986), a posição de entreposto comercial de Cametá deu origem ao surgimento do povoado denominado Maxí,

à margem esquerda do rio Tocantins em terreno de ilha, em furo do mesmo nome. O local era centro de exploração e extração de cacau, borracha, peles, peixes, etc. influenciado pelos religiosos e pela valorização da borracha do século XIX . O povoado Maxí tornou-se freguesia do estado no dia 20 de dezembro de 1853. Pela resolução nº 228 da assembleia legislativa da 24 província do para, que representou “ser freguês ou fregueses. clientes da zona onde se instalava. Qual comprometia a comprar todas suas mercadorias e a vender todas suas coletas” (MACHADO, 1986, p. 399 Apud SOUSA, 2013).

Souza menciona ainda que posteriormente, já denominada freguesia do Maxi, foi transferida para o sitio Mocajuba, devido a posição físico-geográfica do povoado, não favorecer a comercialização e o escoamento da produção e sofrer inundações periódicas das cheias do Tocantins. O novo sitio se foi constituído em terra firme, na orla fluvial do Rio Tocantins ,recebendo o nome de Mocajuba (SOUZA, 2013).

No dia 5 de abril de 1872, a referida freguesia foi elevada à categoria de vila, pela lei nº 707. E no dia 06 de julho de 1895, pela lei nº 324, Mocajuba foi elevado a categoria político-administrativa de município. A emancipação de Mocajuba foi fortemente incentivada por comerciantes e políticos com o total apoio da população local, que se sentia insatisfeita com os descasos da administração estadual. (PACHECO, 2004, p. 28).

Apos essa breve apresentação do lócus de pesquisa, se faz importante mencionar que um dos fatores que motivaram a escolha pela temática partiu de um processo de observação pessoal, ao identificar uma baixa representatividade feminina na política brasileira, visto que ainda há pouco espaço de participação das mulheres, muito embora esteja acontecendo uma mudança em passos lentos. Sem dúvidas, tal fato é uma situação que se prolonga por décadas tornando-se um obstáculo a ser superado na esfera política brasileira, seja em âmbito federal, estadual e municipal.

Diante do exposto, foi observado também que não há essa paridade de gênero, isto é, essa igualdade no município de Mocajuba e daí a importância de se

pesquisar, produzir e deixar registrado conteúdos voltados para esta temática, pois assim, cada movimento dado em prol das mulheres em cargos de decisões, fará com que mais mulher tenha lugar de fala em diferentes contextos políticos, sociais e outros.

A partir daí surgiram os seguintes questionamentos: Por que a presença feminina na política mocajubense (e do Brasil também) é numericamente tão inferior em relação aos homens? Qual o quantitativo eleitoral e representatividade do eleitorado feminino no Brasil? Que movimentos impulsionaram as mulheres em cargos de decisões? Quais as legislações feitas no que se refere a cotas mínimas de verbas para mulheres na política? Quais as pautas reivindicadas pelas mulheres? Que situações, dentro das nas esferas legislativas e executivas, relacionadas ao gênero, as mulheres sofrem, para poderem ser ouvidas e respeitadas? Quais fatores justificam a baixa representatividade feminina na política no município de Mocajuba? Quem foi a mulher precursora da política em Mocajuba? Quais são as lideranças femininas neste município?

É importante pontuar que tais questionamentos fizeram a pesquisa para construção do presente estudo passear por questões históricas e que tentam colocar as mulheres protagonistas dentro do panorama político nacional, que ainda é predominantemente dominado pelos homens.

Assim sendo, este estudo tem como objetivo geral analisar e refletir a respeito da trajetória política das mulheres, dando ênfase em duas mulheres mocajubenses que exercem cargos com poder de decisão, na perspectiva de entender como se dão as relações de gênero entre homens e mulheres num ambiente ainda visto como de predominância masculina.

E como objetivos específicos analisar a participação de mulheres na Câmara Municipal de Mocajuba no período de 2006 a 2020, visando compreender os aspectos culturais e sociais que incidem na participação feminina na política institucional, na perspectiva de refletir a respeito da trajetória do empoderamento político das mulheres que exercem cargo de representatividade política em Mocajuba.

Metodologicamente, a pesquisa foi feita em duas fases. Na primeira fase se tem o caráter de cunho bibliográfico, tendo como referencial teórico para o trabalho livros, artigos, teses, dissertações e tcc's que tem como foco indícios da temática de pesquisa apresentada. Nestas condições, este trabalho está dialogando com

teóricos cujas obras pontuam sobre aspectos políticos, representatividade feminina, movimentos feministas, dentre outros. Nesse panorama, dialogamos com: BERTI (2015), COSTA (1998), PINHEIRO (2006), PINTO (2010), FERREIRA (2017), dentre outros (as).

Da mesma forma, na segunda fase se realizou pesquisa de campo, a partir de uma abordagem qualitativa das informações obtidas, que de acordo com Günther (2006), “a pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos” (GÜNTHER, 2006). Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres políticas no município de Mocajuba, além de lideranças femininas do mesmo município, mas que não foram colocadas todas na presente escrita.

Portanto, a partir dessas entrevistas e das várias conversas informais que tivemos com os (as) colaboradores(as) da pesquisa, é importante pontuar que as fontes principais deste trabalho são as fontes orais. Segundo afirma Portelli (2000), “na história oral precisamente, porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais” (PORTELLI, 2000, p.43). Segundo afirma Pollak, a memória é:

socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é [...] não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral [...] A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve [...] ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta [...] apesar de terem uma forma *sui generis* (POLLAK, 1992, pp. 207- 208).

Para Alistair Thomson, a memória “gira em torno da relação passado-presente”, envolvendo contínuo processo de reconstrução e transformação das experiências que são lembradas, “em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado”. Pois, somos nós que escolhemos memórias para recordar e relatar, e “como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo” (Thomson, 1997, p. 57) No mesmo sentido, segundo afirma Ecléa Bosi,

a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência (Bosi, 1987, p. 09).

É nos rastros dessas memórias, que buscando refletir a respeito das relações de gêneros nos espaços de poder e decisão política a partir da representação feminina na câmara e também na gestão municipal de Mocajuba, que entrevistamos mulheres políticas neste município. Pois, conforme afirma Paul Thompson (1992), a entrevista é um dos recursos de coleta de dados na pesquisa, muito importante para se compreender qualquer objeto. Contudo, para se realizar uma entrevista se faz necessário possuir algumas habilidades específicas, como, por exemplo: flexibilidade em encarar as diversas opiniões, o respeito por elas e a capacidade de sempre buscar compreendê-las. O (a) entrevistador(a) precisa estar atento para ouvir mais e falar pouco. Por isso, é preciso estar atento se as perguntas são adequadas de um ponto de vista histórico e se sua construção está de acordo com aquele contexto e o modo de vida dos sujeitos (P. THOMPSON, 1992). Afinal, como defende Portelli (1997),

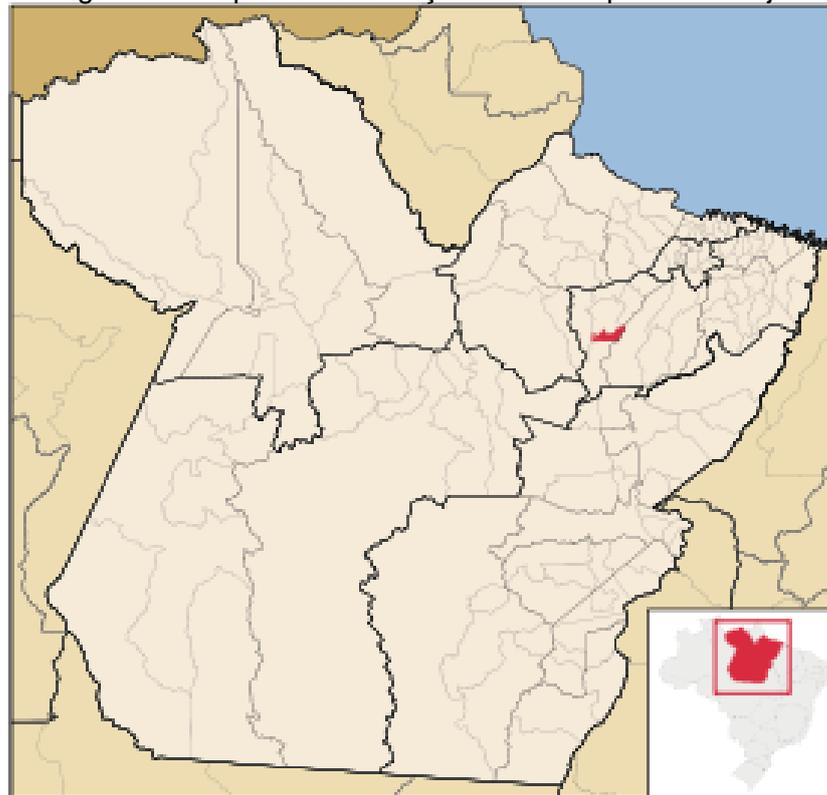
fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, o custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre seus custos psicológicos (PORTELLI, 1997, p. 31).

Assim sendo, utilizando fontes orais como ferramenta principal de pesquisa, este trabalho está estruturado em dois capítulos. O primeiro capítulo, intitulado, **MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA: RELAÇÕES DE GÊNERO, MARCOS HISTÓRICOS E PERSPECTIVAS**, discorre a respeito de trajetórias feminina em ambientes da política brasileira, enfatizando questões históricas-cronológicas, pontuando sobre as conquistas e sobre os direitos adquiridos pelas mulheres como a questão do voto em 1932, a oportunidade de participar de eleições mesmo em território amplamente masculino, além de fazer uma breve análise dos movimentos femininos que lutaram por direitos e por uma representação efetiva das mulheres que lutaram e lutam contra os resquícios de um sistema estrutural e patriarcal.

O segundo capítulo, intitulado, **A REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA**, trata de um dos aspectos relacionados na metodologia do estudo, que é a pesquisa de campo para coleta de dados, coleta essa que foi feita por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres, das quais somente entrevistas de três constam neste estudo. Sendo a ex-prefeita de Mocajuba, a senhora Fátima Braga, a vereadora Socorro Dutra e a professora Katiuscia Vieira,

que possui uma visão apurada de aspectos políticos. Sem dúvidas, as falas dessas mulheres ajudaram nas reflexões e análises que fazem parte do presente trabalho. O capítulo em questão também traz informações (em quadros) a respeito da feminina nas eleições municipais mocajubense, apresentando apontamentos, fatos e situações que fazem da participação feminina na política de Mocajuba, um retrato da presença e da visibilidade feminina na política brasileira.

Imagem 01: Mapa de Localização do Município de Mocajuba.



Fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/>

Imagem 02: Mapa de Localização da Cidade de Mocajuba.



Fonte: [www.google.com.br](http://www.google.com.br)

## CAPÍTULO I

### MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA: RELAÇÕES DE GÊNERO, MARCOS HISTÓRICOS E PERSPECTIVAS

#### 1.1 REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA

Discorrer sobre a representatividade feminina na política brasileira é algo que precisa de uma abordagem histórica que evidencie que o próprio sistema atual apresenta resquícios severos sobre os valores patriarcais e patrimoniais vivenciados em outrora na história do Brasil. Aliado a esta representatividade feminina, o presente estudo busca compreender o (s) motivo (s) pelos quais as mulheres, que são maioria na população e também no eleitorado nacional, ainda são minoria na hora de se candidatar.

Nessa esfera, a autora alerta que é comum e até uma condição histórica, que as mulheres têm ficado do outro lado do exercício do poder, isto é, no lado da subalternidade. Entende-se que isso é um fator histórico e um tabu que precisa ser quebrado, muito embora essa quebra (desses aspectos patriarcais) esteja acontecendo, mas ainda é preciso avançar mais para que representatividade feminina seja realmente mais efetiva (COSTA, 1998).

Costa (1998), pontua que tratar sobre as relações de gênero implica necessariamente falar de relações de poder. Em suma, ela destaca que o gênero refere-se às relações sociais que são desiguais quando se trata de poder entre homens e mulheres. Já que as relações que existem até hoje, entre masculino e feminino “são desiguais, assimétricas e mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarcal, muitas vezes ela é alijada de seus direitos políticos” (COSTA, 1998, p.17).

Para além da representação feminina, compreende-se que é importante pesquisar, analisar, escrever e pontuar sobre questões de paridade de gênero na política brasileira, legislações, valores destinados e cotas para mulheres, relações de poder e a participação de mulheres em cargos de decisões políticas passando pelas três esferas governamentais, ou seja, nacional, estadual e municipal. Chegando ao final e como destino a ser analisado a representatividade feminina no município de Mocajuba.

Se formos analisar (ainda que brevemente) um panorama externo, pontua-se: internacional; se analisou que o Brasil apesar de ter dado o pontapé inicial somente em 1932 foi um dos primeiros países nessa questão. Pinheiro (2006), destaca que o Brasil aparece dentre as nações consideradas vanguarda nesse aspecto. Já na América Latina, a autora pontua que o Brasil só fica atrás do Equador e do Chile, já que esses países asseguraram esses direitos em 1929 e 1931. Na Argentina, a conquista veio somente em 1947, e, no Paraguai, somente 1961. Já em países europeus, a autora destaca a vantagem expressiva brasileira (no que se refere no tempo), uma vez que as mulheres suíças, só adquiriram os direitos de votar e ser votadas em 1971. No caso de Portugal, ainda foi mais tarde, ou seja, eliminou as restrições ao voto feminino em 1976 (PINHEIRO, 2006). Dentro desse panorama cronológico, a autora ainda pontua que:

O Brasil encontra-se no primeiro bloco de países que garantiram o direito ao voto feminino ainda nas primeiras décadas do século XX. Foi o quinquagésimo país a fazê-lo, por meio da promulgação do novo Código Eleitoral, em fevereiro de 1932, pelo então presidente Getúlio Vargas (Decreto 21.076/32). No primeiro momento, somente às mulheres casadas, portando autorização de seus maridos, ou às mulheres viúvas e solteiras com renda própria era garantida a possibilidade de votar. Em 1934, a Assembleia Nacional Constituinte reafirmou o direito ao voto feminino, eliminando todas as restrições até então existentes, mas tornando-o obrigatório apenas para aquelas mulheres que exercessem algum tipo de função remunerada em cargos públicos. A obrigatoriedade plena foi instituída na Constituição de 1946 (PINHEIRO, 2006, p.24).

A autora destaca que em 1932 somente as mulheres casadas com autorização do marido poderiam votar, nesse aspecto é evidenciado a posição subalterna da mulher perante a permissão do homem, enquanto um direito político. Os esforços só foram concluídos em 1946 (PINHEIRO, 2006).

No mesmo sentido, Berti (2015) afirma pontua que na política brasileira, apesar do desse esforço contínuo e histórico, ainda há pouca participação das mulheres. A autora destaca que apesar dos homens ocuparem a maioria dos espaços políticos, a situação vem mudando, e a participação na política pelas mulheres é prova disso, sendo eleitoras (desde a década de 1930), seja como candidatas a cargos públicos para o legislativo ou executivo, ou até como lideranças em instituições diversas (BERTI, 2015).

Voltando a pontuar no aspecto citado por Costa (1998), já abordos sucintamente neste estudo, não restam dúvidas isso tudo advém de uma *condição histórica* o fato da mulher ficar em subalternidade na política, entende-se que a história das mulheres em aspectos políticos brasileiros é longa (COSTA, 1998).

Podemos considerar que desde o Brasil colônia a figura feminina busca lugares de destaque e de tomadas de decisões, perpassando pelo império com figuras femininas em posições de destaque, chegando na república com algumas mulheres que se destacaram na vanguarda feminina, e posteriormente na formação do estado democrático de direito e vindo até os dias de hoje com plenos direitos adquiridos e em busca de mais territórios políticos a serem conquistados. No entanto, é comum entendermos a luta política feminina a partir do direito de voto que ocorreu em 1932 com o Novo Código Eleitoral Brasileiro (PINHEIRO, 2006).

Atualmente as mulheres são maioria no eleitorado Brasileiro, mas ainda assim não possuem representatividade equivalente aos seus números de eleitoras. Sobre o Novo Código Eleitoral Brasileiro e a participação tardia das mulheres na política, podemos pontuar que:

De fato, a participação política das mulheres apresenta um conjunto de características peculiares que devem ser levadas em conta na discussão do tema. Não se pode ignorar que este é um campo no qual a presença feminina se deu tardiamente, tendo sido garantida, de maneira formal, apenas em 1932 com a promulgação do Novo Código Eleitoral brasileiro. Até então, a maneira que as mulheres encontraram para se manifestar politicamente foi por meio dos movimentos sociais, em particular do movimento sufragista, responsável, em última instância, pela garantia dos seus direitos políticos. Reconhece-se, portanto, que a atuação política abarca um conjunto mais amplo de ações, e vai além do exercício do voto e da presença em esferas representativas de governo (PINHEIRO, 2006, p.17).

A autora destaca que por meio dos movimentos sociais que as mulheres passaram a se manifestar politicamente. Esses movimentos buscavam garantir direitos políticos, como o movimento sufragista por exemplo. Ainda dentro do parâmetro dos movimentos sociais, pode-se destacar que:

A entrada na política institucional via movimentos sociais ou associativos abre novas portas para a participação feminina e, ao mesmo tempo em que torna visível a atuação das mulheres, lhes confere popularidade. Tais espaços constituem-se em esferas privilegiadas de formação e acúmulo de capital político, entendido

como um tipo de capital simbólico que confere ao seu detentor o reconhecimento da legitimidade para agir no campo político. A análise dos movimentos sociais, em particular do movimento feminista, considerados na lógica ampliada de participação, contribui para desconstruir o mito do apoliticismo feminino ao demonstrar que, na verdade, as mulheres participam da vida política, mas o fazem de maneira diferenciada e em esferas que tradicionalmente não foram reconhecidas como políticas (PINHEIRO, 2006, p.21).

Voltando para o panorama histórico, e conforme já fora dito anteriormente na presente escrita, podemos compreender efetivamente que a participação das mulheres na política brasileira começa a se desenhar efetivamente partindo do direito de votar no ano de 1934. Porém, “em 1929, antes do direito feminino ao voto ser aprovado, Alzira Soriano fez história ao ser eleita prefeita na cidade de Lajes, no Rio Grande do Norte<sup>1</sup>” (TV JUSTIÇA, 2020).

Partindo da eleição de *Alzira Soriano*<sup>2</sup>, é interessante pontuar e fazer uma cronologia de representatividade feminina. Contudo, é válido destacar que o “presidente Getúlio Vargas, quando assinou o decreto em fevereiro de 1932, já dava o direito de voto para as mulheres, mas teria que ser ratificado na constituinte da época” (TV JUSTIÇA, 2020), isto é, dava direito para participar daquela respectiva eleição sem necessariamente efetivar o direito total.

Dentro de uma cronologia política da representação feminina no Brasil, podemos evidenciar, dentre vários nomes que poderiam ser listados, algumas mulheres que tiveram destaque na representatividade feminina em panorama nacional, estadual e municipal (aqui no caso o destaque será dado mais adiante na presente pesquisa e que se refere ao município de Mocajuba<sup>3</sup>). “Em 1933, Carlota Queirós tornou-se a primeira Deputada Federal brasileira. Já em 1934, a professora Antonieta Barros, foi eleita a primeira parlamentar negra na história do Brasil. Em

---

<sup>1</sup> Documentário - Participação feminina na política (Tv Justiça). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=VY8UWet\\_rYU&t=439s](https://www.youtube.com/watch?v=VY8UWet_rYU&t=439s)> Acesso em: ago 2022.

<sup>2</sup> Alzira Soriano nasceu e cresceu em Jardim de Angicos, um distrito de Lajes, no Rio Grande do Norte. Com o apoio de Bertha Lutz, fundadora e coordenadora nacional da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), e do governador Juvenal Lamartine, candidatou-se à prefeitura de Lajes, em 1928, pelo Partido Republicano. Apesar dos ataques misóginos que marcaram a campanha eleitoral, Alzira Soriano alcançou a incrível marca de 60% dos votos válidos, tornando-se a primeira prefeita mulher não só do Brasil como também da América Latina. Disponível em: <<https://www.mulheresdeluta.com.br/alzira-soriano/>>. Acesso em: 12/08/22.

<sup>3</sup> Mocajuba é uma cidade de Estado do Pará. Os habitantes se chamam mocajubenses. O município se estende por 870,8 km<sup>2</sup> e contava com 31 136 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 35,8 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-mocajuba.html>>. Acesso em: 12/08/22.

1950, Ivete Vargas (sobrinha de Getúlio Vargas) foi eleita Deputada Federal” (TV JUSTIÇA, 2020).

Ainda nesse aspecto cronológico “em 1979 Eunice Michiles, assumiu o cargo de senadora pelo Estado do Amazonas. Em 1982, Esther de Figueredo acaba por se tornar a primeira-ministra do Brasil. Em 1989, Maria Pio de Abreu se candidata à presidência da República” (TV JUSTIÇA, 2020). No Maranhão, que é um estado vizinho do Pará, Roseana Sarney foi eleita a primeira Governadora Brasileira, isso na década de 90. Também na década de 90, no nosso Estado do Pará, tivemos Elcione Barbalho eleita para deputada Federal sendo a mais votada do Estado.

Em 2002, Ana Júlia Carepa, que foi eleita Senadora e ficou até 2006; quando foi eleita a primeira Governadora do Pará. Em 2010, Dilma Rousseff foi eleita a primeira Presidente do Brasil. Sendo reeleita em 2014 e deposta via impeachment em 2016. Também em 2016 na cidade de Mocajuba, Fátima Braga fez história ao ganhar as eleições para prefeita.

Partindo dessa eleição de Fátima Braga e dessa cronologia que buscamos fazer para evidenciar a representatividade feminina na política brasileira, vamos destacar uma fala da então prefeita eleita. Como a respectiva política é uma das entrevistadas do presente estudo, perguntamos à ela como foi o interesse pela política partidária. Foi feito o seguinte questionamento: o que despertou seu interesse pela política partidária? “Poder contribuir com o desenvolvimento do município, poder fortalecer o papel da mulher na política, ter sempre uma voz muito ativos na defesa dos direitos das pessoas, mas principalmente daquelas que nunca tem voz<sup>4</sup>”.

Costa (1998), pontua que posicionamentos contrários ao voto feminino começaram a eclodir como forma de pressão para as mulheres. Nesse âmbito, houve um processo bem delicado por parte do movimento católico que demonstrava sinais que não concordava com a lei do divórcio e fez pressão ao governo que se fosse aprovada esta respectiva lei (do divórcio) o direito ao voto feminino seria retirado da pauta na constituinte. Percebe-se diante de tamanha chantagem que os direitos das mulheres passavam pelo anseio e princípios machistas inclusive com auxílio de outras instituições. Mas apesar dos entraves, o direito do voto foi adquirido, porém em caráter

---

<sup>4</sup> BRAGA, Fátima. **Entrevista I.** [jun. 2022.] 1 arquivo Mp3 (80 min). Entrevistadora: Ana Camila. Cametá: FACULDADE DE HISTÓRIA - UFPA CUNTINS/CAMETÁ, 2022. Entrevista concedida para a construção do trabalho de conclusão de curso

facultativo e sendo o voto feminino obrigatório somente para funcionárias públicas que eram pouquíssimas (COSTA, 1998).

Ainda, historicamente falando, é importante mencionar que com a ditadura no Brasil e o Estado Novo de 1937 até 1945, as mulheres seguiram sem alcançar protagonismo na política. Pouquíssimas eram candidatas e quase nenhuma era eleita. Em 1950 as mulheres praticamente não faziam parte como candidatas na política brasileira e sua representatividade era muito baixa. Com o Regime Militar que dura de 1964 até 1985, o Brasil seguiu sem representação feminina. Atualmente muita coisa mudou para aumentar a inserção feminina nos cargos políticos, mas ainda é necessários avanços (FERREIRA, 2017). Nessa esfera, a autora destaca que:

A inserção da mulher na política de fato é uma história recente considerando os direitos dados aos homens desde a antiguidade. Desta forma, a mulher não foi estimulada a participar do Estado Democrático de Direito, o de exercer seus direitos de cidadã, no exercício pleno de sua cidadania, de votar e ser votada (FERREIRA, 2017, p. 16).

Quando Ferreira (2017) pontua, que a inserção da mulher na política é um fator recente, entende-se que muitos aspectos colaboraram para que elas não fossem estimuladas a terem uma participação efetiva enquanto cidadã. A estrutura e o modelo patriarcal, como já dito, é um dos elementos inibidores da participação feminina no Estado Democrático e isso serve como base para toda dificuldade de avanço.

## 1.2 APONTAMENTOS SOBRE OS MOVIMENTOS FEMININOS NO BRASIL

Em meados da década de 60, o Brasil começou a receber investimentos de instituições internacionais voltados para o controle de natalidade. Nesse sentido, Costa (1997) pontua que na década seguinte, os aportes financeiros intensificaram-se, “mas em contrapartida tanto setores progressistas da sociedade quanto nacionalistas do governo brasileiro eram contrários ao controle de fecundidade” (COSTA, 1997, p.4).

A partir das análises de Costa, se observa que esses investimentos contrários ao controle da natalidade causaram controvérsia em diversos aspectos, uma vez que a pauta era internacional. E, assim a discussão estava aberta, colocando as mulheres

no centro da pauta e vítimas desse impasse. Diante disso, e estando o país “diante de um regime militar intolerante e avesso a manifestações ou organizações sociais, as chances de mulheres, até o ano de 1975, sem mobilizarem de forma ampla e pública para compor um movimento eram mínimas” (COSTA, 1997, p.4). Sendo assim:

No plano doméstico, o Brasil vivenciou essas mudanças, tanto no campo populacional do controle demográfico, como na formulação de políticas voltadas às mulheres. Recebendo influência direta e, o mais intrigante, reagindo de alguma forma a essas transformações que ocorriam no exterior. (Costa, 1997, p.4).

No mesmo sentido, se referindo a respeito do aspecto de natalidade, Pinto (2003) evidencia que:

De um lado, o governo restringia as políticas de saúde reprodutiva à atenção à gravidez, do outro não se tinha um pleno monitoramento sobre a forma como era conduzida a distribuição de contraceptivos no país por parte das entidades brasileiras que recebiam financiamento das instituições internacionais “controlistas”. Todavia, no Brasil, um ator social viria a preencher essa lacuna na reivindicação de políticas para a saúde da mulher: o movimento feminista. (PINTO, 2003, p.5).

Com todos esses aspectos que colocavam a mulher no centro de discussões importantes para pautas femininas e com redemocratização do Brasil, um amplo movimento feminista fez acontecer e a representatividade feminina na política brasileira começou se fortalecer. A autora Céli Regina Pinto (2003), ao se referir a base feminista no Brasil, destaca que:

A verdade, é que a real base do movimento nessa época estava distante do Brasil, mais precisamente em Paris, na França, e em Berkeley, nos Estados Unidos. Mulheres brasileiras exiladas ou que estudavam no exterior tomaram contato com movimentos feministas desses países ao longo dos anos 1970, e passaram a se reunir formando grupos de discussão. Muitas mantinham contato com feministas brasileiras que estavam em processo de organização do movimento (PINTO, 2003, p.5).

Desta forma, para construção de uma nova constituição, 26 mulheres se fazem presentes para poder auxiliar na construção daquilo que chamam de uma constituição enfim cidadã e que legaliza e cria condições para as mulheres traçarem estratégias para terem na política um espaço de voz, ações e representação nas

pautas que merecem ser destinadas a elas (PINTO, 2003). Dentro dessa perspectiva de movimento feminista é importante destacar que:

O movimento feminista no Brasil começou com mulheres cultas que tiveram a oportunidade de estudar fora do Brasil nos países europeus e tiveram acesso ao conhecimento do sufrágio universal e quando aqui chegam desejaram mudar a história política do Brasil que na época por volta do início do século XX sendo protagonista de luta que daria direito de igualdade para mulher na constituição pelo fato que ainda no Brasil as mulheres ainda não podiam votar, a exemplo foi da bióloga Bertha Lutz, cientista de grande nome que estudou no exterior e ao volta para o seu país para a luta pelo voto feminino e assim torna se umas das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a partir dessa organização que em 1932 este direito finalmente é conquistado com base de muita luta e passa a ser incorporado no novo código brasileiro (PINTO, 2010, p.16-17).

Partindo dessas análises de Pinto, verifica-se que o movimento feminista teve o impulsionamento no Brasil por conta das mulheres que tiveram a oportunidade de conhecer e ter contato com movimentos fora do Brasil. Mas o movimento feminista teve um capítulo importante em 1975 (PINTO, 2010).

Por outro lado, Costa (1997), destaca que as Nações Unidas anunciaram, em 1975, no México, o que chamara de *Ano Internacional da Mulher*. A partir deste ano, a comunidade internacional foi sendo convocada para direcionar atenção para as mulheres, tendo como princípios básicos a elaboração de políticas voltadas para a melhoria da condição feminina no mundo. Sendo que em 1976, a ONU declarou a Década da Mulher (1976-1985), “e a partir daí criou-se um plano de ação em que os países se comprometiam em envidar esforços e realizar políticas direcionadas às mulheres” (COSTA, 1997, p.4).

Barroso (1985) pontua que após a anistia política em 1979, ao retornarem ao Brasil, algumas mulheres que tinham sido exiladas se prontificaram e vieram fortalecer o movimento, trazendo a experiência dos movimentos feministas de outros países, principalmente da Europa. Diante disso, o movimento feminista no Brasil começou de fato a ganhar corpo e a se organizar efetivamente. Nessa esfera, passou a realizar congressos e encontros de mulheres no país e nessa etapa constituiu uma fase de formação da identidade do movimento (BARROSO, 1985).

Já na década de 1980, com a organização e com o fortalecimento das suas ações, o movimento feminista brasileiro começa a tratar de assuntos voltados para a saúde da mulher. Barroso (1985), aponta que o movimento “adotou a questão da

saúde da mulher como prioridade”. A autora destaca que assim, “surgiram as primeiras ONGs relativas a essa temática, que começam a procurar meios institucionais para exigirem políticas para a saúde da mulher” (BARROSO, 1985, p.12).

### 2.3 MARCOS HISTÓRICOS DAS MULHERES BRASILEIRAS NOS PODERES LEGISLATIVOS, EXECUTIVOS E OUTRAS INSTIUIÇÕES

Voltando ao aspecto do campo cronológico, isso no que se refere aos avanços dos direitos e da representatividade feminina, é importante pontuar sobre os marcos históricos alcançados por algumas mulheres, conforme já tratado no presente estudo, além das que se encontram inseridas no demonstrativo a seguir:

QUADRO 1- Cronologia dos direitos e de mulheres no poder no Brasil

<b>Ano/Pessoa/Lei/Decreto</b>	<b>Marco histórico</b>
<b>1927 - Celina Guimarães Vianna</b>	A professora Celina Guimarães foi a primeira eleitora do Brasil
<b>1928 - Luíza Alzira Soriano Teixeira</b>	Primeira prefeita eleita no Brasil e na América Latina
<b>1932 - Código Eleitoral (Decreto nº 21.076)</b>	Direitos de votar e serem votadas
<b>1934 - Carlota Pereira de Queirós</b>	Primeira brasileira eleita deputada federal
<b>1945 - Bertha Lutz</b>	Redigiu e adotou a Carta das Nações Unidas e foi a única mulher da delegação brasileira
<b>1947 - Rosa Pereira</b>	A primeira deputada estadual paraense eleita
<b>1965 - Lei nº 4.737</b>	Alistamento eleitoral por todas as mulheres
<b>1974 - Eliana Calmon Alves</b>	Primeira mulher a assumir um cargo no Ministério Público Federal na região Nordeste
<b>1979 - Eunice Michiles</b>	Primeira mulher a integrar o Senado Federal
<b>1979 - Lúcia Viveiros</b>	Primeira deputada federal eleita pelo estado do Pará
<b>1981 - Laélia Alcântara</b>	Primeira senadora negra no Brasil e a segunda mulher a ocupar cadeira no Senado na história republicana
<b>1982 - Iolanda Fleming</b>	Primeira mulher a governar um estado brasileiro
<b>1993 - Regina Célia Ferrari Longuini</b>	Empossada no cargo de juíza de Direito substituta na 1ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco (AC), após ser aprovada em primeiro lugar no concurso público
<b>1997 - Lei das Eleições (Lei nº 9.504)</b>	Reserva de vagas para a participação feminina nos cargos proporcionais

<b>2000 - Ellen Gracie</b>	Primeira mulher a se tornar ministra do STF e a presidi-lo
<b>2003 - Ana Júlia Carepa</b>	Primeira senadora eleita pelo estado do Pará
<b>2006 - Ana Júlia Carepa</b>	Primeira governadora do estado do Pará
<b>2009 - Lei nº 12.034</b>	Primeira minirreforma eleitoral
<b>2010 - Dilma Rousseff</b>	Primeira mulher eleita para a Presidência do Brasil
<b>2011 - Luciana Lóssio</b>	Primeira mulher a ocupar cadeira do TSE destinadas para juristas
<b>2012 - Cármen Lúcia Antunes Rocha</b>	Primeira mulher a presidir o Tribunal Superior Eleitoral
<b>2015 - Lei nº 13.165</b>	incentivar a participação feminina na política
<b>2016 - Laurita Vaz</b>	Primeira mulher a presidir o STJ e o Conselho da Justiça Federal
<b>2018 - Rosa Weber</b>	Primeira mulher a comandar um processo de eleições gerais no país
<b>2019 - Joênia Batista de Carvalho Wapichana</b>	Primeira mulher indígena a tomar posse como Deputada Federal

Fonte: + Mulheres na política: retrato da sub-representação feminina no poder – 2016; TSE Mulheres (2022).

O quadro representa marcos históricos das participações e da representação feminina para além da política. Nesse sentido, compreende-se que todo esse percurso histórico é resultado de muita luta, perseverança e comprometimento de movimentos, instituições e força das mulheres supracitadas. Reiterando a perspectiva histórica, Pinheiro (2006), destaca que:

A entrada na política institucional via movimentos sociais ou associativos abre novas portas para a participação feminina e, ao mesmo tempo em que torna visível a atuação das mulheres, lhes confere popularidade. Tais espaços constituem-se em esferas privilegiadas de formação e acúmulo de capital político, entendido como um tipo de capital simbólico que confere ao seu detentor o reconhecimento da legitimidade para agir no campo político. A análise dos movimentos sociais, em particular do movimento feminista, considerados na lógica ampliada de participação, contribui para desconstruir o mito do apoliticismo feminino ao demonstrar que, na verdade, as mulheres participam da vida política, mas o fazem de maneira diferenciada e em esferas que tradicionalmente não foram reconhecidas como políticas (PINHEIRO, 2006, p. 21).

Em relação aos movimentos sociais femininos, é importante reiterar que apesar do fortalecimento dos movimentos, existe a situação de que muitas mulheres não apoiam e votam em outras mulheres. Isso é retratado tanto por pesquisadores que abordam a temática da pesquisa, quanto pelas entrevistadas escolhidas para fornecerem dados para a presente escrita. Nesse sentido, pontua-se que:

Um fator visivelmente intrigante é a falta de apoio de outras mulheres as causas levantadas pelos movimentos feministas, atualmente no Brasil o número de mulheres é maior em relação ou número de homens, no entanto poucas ainda são as mulheres que conseguem chegar ao poder através de eleições diretas com participação popular, mesmo com todos os avanços tecnológicos e midiáticos mostrando as bandeiras levantadas e defendidas pelos movimentos feministas reivindicando espaço, respeito e autonomia para decidir sobre seu próprio corpo (SANTOS, 2017, p. 31).

Nesse mesmo viés, uma das entrevistadas do presente estudo, a professora Katuscia Vieira, argumenta que:

O primeiro ponto para que a mulher possa votar em mulher é a conscientização, nós precisamos tomar consciência de que nós constituímos a maioria das eleitoras e que nós precisamos ter representatividade, e que as políticas públicas, elas só irão chegar até nós se nós tivermos, de fato mulher que mulheres que nos representem. Um outro ponto, é que as eleições no Brasil, elas estão ainda muito atreladas à questão da compra do voto, onde a questão financeira, ela sempre fala mais alto e, como o cenário político, ele sempre foi representado na sua maioria por homens, evidentemente que eles têm muito mais poder aquisitivo de investimentos nos pleitos eleitorais do que as mulheres. Mesmo assim, ainda tivemos pela primeira vez no Brasil uma presidenta eleita, que foi a Dilma Rousseff, sendo isso avanço de representatividade feminina, mas precisamos avançar ainda mais (Prof<sup>a</sup>. Katuscia Vieira. Entrevista realizada em 2022).

Um outro fato importante mencionado pela professora Katuscia Vieira, refere-se quanto ao aumento da participação das mulheres na política:

O **primeiro aspecto** para que a participação da mulher aumente na política, é a tomada de consciência. O **segundo** é que as mulheres possam se unir em prol de um objetivo maior. O **terceiro** seria a criação de um partido somente de mulheres, sendo assim, podendo haver uma maior participação feminina. Importante ressaltar que as mulheres ainda são muito caladas na política, mesmo quando estão atuando, por exemplo, o caso da vereadora carioca Marielle Franco, sendo esta uma parlamentar atuante, que lutava pelas causas feministas, pelas causas da mulher negra, e que acabou sendo assassinada, onde até hoje não tem o desfecho desse caso, não encontrando os verdadeiros responsáveis por este brutal homicídio. Uma outra questão que também aconteceu no parlamento brasileiro, foi quando o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, que na época era deputado federal, no púlpito da câmara dos deputados, em alto e bom som, disse para a também deputada Maria do Rosário, que ele só não a estupraria porque ela era feia. Situação absurda, machista, traduzindo-se como uma forma de querer calar a voz feminina. Portanto, esses episódios e outras mais

situações que acontecem, acabam reprimindo a mulher da não participação na política (Prof<sup>a</sup>. Katuscia Vieira<sup>5</sup>).

Os aspectos mencionados pela professora, retratam a questão da tomada de consciência por parte das mulheres, a sugestão de as mulheres se unirem em prol de um objetivo maior e de criar um partido feminino. Compreende-se que o pensamento da professora perpassa pelo fortalecimento de uma causa feminina em segmentos distintos.

---

<sup>5</sup> VIEIRA, Katuscia. **Entrevista III**. [ago. 2022.] 1 arquivo Mp3 (30 min). Entrevistadora: Ana Camila. Cametá: FACULDADE DE HISTÓRIA - UFPA CUNTINS/CAMETÁ, 2022. Entrevista concedida para a construção do trabalho de conclusão de curso.

## **CAPÍTULO II**

### **A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOCAJUBA**

#### **2.1. PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA EM BUSCA DA REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NA POLÍTICA MOCAJUBENSE**

Este capítulo, além de abordar aspectos a respeito representatividade feminina na política municipal de Mocajuba, também destaca a metodologia adotada no transcorrer da pesquisa de campo, feita por meio de entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres deste município, das quais, apenas trechos das entrevistas de três constam no trabalho, embora as falas de todas as mulheres entrevistadas tenham sido essenciais para a formulação das análises que compõem este trabalho.

Desta forma, pontua-se que para a construção deste trabalho, o primeiro passo se deu por meio de um levantamento de informações a respeito da temática de estudo. Nesse sentido, houve leitura de textos relacionados a aspectos para compor a parte teórica do trabalho, além de outras ações pertinentes para uma construção acadêmica. Este método é conhecido como pesquisa bibliográfica, em que se busca informações em livros, artigos, monografias, documentos e outras obras escritas para se ter uma base teórica que proporcione um embasamento prévio em estudos já realizados de outros apontamentos a respeito da temática proposta. Tratando-se de pesquisa bibliográfica, Fonseca (2002), aponta que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, documentos, trabalhos e até páginas de web sites. Qualquer trabalho científico necessita de uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002, p. 32).

Em seguida, foi realizada a pesquisa de campo com o objetivo de coletar dados que proporcionasse uma reflexão acerca da temática do estudo. É importante

ressaltar, segundo analisa Gonsalves (2001, p.67), que a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que procura buscar a informação diretamente com a população pesquisada, exigindo do (a) pesquisador (a) um encontro mais direto. Nestas condições, o (a) pesquisador (a) “precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas” (Gonsalves, 2001, p.67).

Neste estudo, o processo de ir a campo, teve como objetivo encontrar, ir ao encontro de mulheres que tem representatividade na política do município de Mocajuba, como: a ex-prefeita de Mocajuba, uma vereadora desse município, e duas representantes femininas locais. No que se refere a pesquisa de campo, Fuzzi (2010) destaca que,

usam frequentemente a pesquisa de campo para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições, com o objetivo de compreender os mais diferentes aspectos de uma determinada realidade. A pesquisa de campo procede à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real (FUZZI, 2010).

Assim sendo, a pesquisa que deu origem ao presente trabalho fez uso da abordagem quantitativa buscando compreender e interpretar os dados coletados durante as atividades da pesquisa de campo. Afinal, segundo defende Günther (2006) a pesquisa qualitativa considera:

considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para a qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos. Tal postura requer, portanto, maior cuidado na descrição de todos os passos da pesquisa: a) delineamento, b) coleta de dados, c) transcrição e d) preparação dos mesmos para sua análise específica (GÜNTHER, 2006, p. 204).

Na mesma perspectiva, Silveira e Córdova, (2009), corroboram afirmando, que as características da pesquisa qualitativa são:

objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009).

Desta forma, fazendo uso da pesquisa quantitativa, o presente estudo, além de realizar entrevistas também fez um levantamento de dados em sites de órgãos e entidades oficiais, que fornecem um panorama histórico e quantitativo da representação feminina na política brasileira, buscando entender como se desencadeiam essas questões em Mocajuba. Nesse âmbito, tentamos evidenciar aspectos quantitativos de representação política do Brasil, contudo, *informando de antemão*, que no site do Tribunal Superior Eleitoral<sup>6</sup>, algumas páginas e links não estava abrindo com informações a respeito do pleito eleitoral de 2018 (eleições gerais) e 2020 (eleições municipais).

No entanto, segundo afirma Fonseca (2002), diferentemente da pesquisa qualitativa,

os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (FONSECA, 2002, p. 20).

É válido pontuar que tentamos fazer um levantamento quantitativo do número de mulheres ocupando cargos com poder de decisão, secretarias, direções de órgãos e número de candidatas no último pleito eleitoral na cidade, mas até a conclusão da presente escrita não obtivemos êxito. Queríamos fazer um parâmetro matemático de quantas mulheres estariam participando do governo atual e quantas foram as candidatas a cargo de vereadora.

## 2.2. PERSPECTIVAS DE DUAS MULHERES COM REPRESENTAÇÃO NA POLÍTICA MOCAJUBENSE

Conforme já foi ressaltado anteriormente, o propósito deste estudo é evidenciar a participação feminina na política de Mocajuba, fazer emergir o retrato da presença

---

<sup>6</sup> <https://www.tse.jus.br/>

e da visibilidade das mulheres na política brasileira. Assim sendo, no transcorrer da pesquisa de campo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas mulheres que atuam na política do município de Mocajuba, sendo: a vereadora Raimunda do Socorro Mendes Dutra, única vereadora na câmara municipal, e detentora de 5 mandatos consecutivos; e a advogada Eliete de Fatima Silva Braga, servidora pública, ex-prefeita do município de Mocajuba e atual secretária de educação do estado do Pará.

As trajetórias políticas dessas duas mulheres no município são bem parecidas, conforme é possível observar a partir das suas respectivas entrevistas. Fato evidenciado na resposta da vereadora Socorro Dutra ao perguntar para a: *o que despertou seu interesse pela política partidária?*

Para ser sincera o meu interesse político mesmo foi realizar o sonho do meu pai nunca. Tinha me envolvido em política, mas o meu pai foi candidato, mas não conseguiu se eleger e ele veio a falecer e fez um pedido, então eu quis vir para realizar o sonho dele. Mas a partir daí eu gostei da vida pública e de poder contribuir com a sociedade estou aí graças ao apoio das pessoas que nos ajudam (Vereadora Socorro Dutra, Entrevista realizada em<sup>7</sup>, 2022).

A partir desta fala, é possível se observar que a vereadora Raimunda Dutra inicia sua jornada política quando seu pai se candidatou para concorrer uma vaga na câmara municipal mocajubense, contudo não teve sucesso. Mas, viu na filha a oportunidade de realizar seu sonho, e antes de falecer pediu para ela concorrer ao pleito municipal, o pedido foi atendido com êxito, uma vez que Raimunda Dutra foi eleita vereadora da câmara municipal de Mocajuba.

A partir de então, Socorro Dutra já concorreu em cinco pleitos eleitorais, com o mesmo número, e sendo eleita vereadora em todos. Motivo pelo qual diz sentir-se privilegiada com o respeito, cordialidade e acolhimento de seus colegas partidários.

---

<sup>7</sup> SOCORRO, Dutra. **Entrevista II**. [jun. 2022.] 1 arquivo Mp3 (50 min). Entrevistadora: Ana Camila. Cametá: FACULDADE DE HISTÓRIA - UFFA CUNTINS/CAMETÁ, 2022. Entrevista concedida para a construção do trabalho de conclusão de curso.

Imagem 03: Cartaz de campanha da candidata Socorro Dutra



Fonte: Arquivo de Ana Camila, 2022.

A vereadora Socorro Dutra conta que após o primeiro mandato, se engajou e se identificou na carreira pública partidária, tendo como intuito a possibilidade de contribuir para com a sociedade do município de Mocajuba, sua terra natal.

Contudo, essa vereadora destaca que há pouca participação de mulheres na câmara municipal de Mocajuba, onde a maioria dos vereadores são homens, e que desde seu primeiro mandato afirma nunca ter tido problemas com descriminalização por conta sua presença-posição feminina na câmara municipal.

Isso nos faz retomar os estudos da autora Berti (2015), ao afirmar que na política brasileira, apesar de todo o esforço ainda há pouca participação das mulheres (BERTI, 2015). Sem dúvidas, apesar da presença majoritária de homens, como no caso da Câmara municipal de Mocajuba, já se observa atualmente, um número maior de mulheres, que se apresentam como candidatas a cargos públicos, seja para o legislativo ou executivo, e até como lideranças ou em cargos de poder de decisão, em instituições de seus municípios e estados.

É importante falar que, na entrevista, foi feita uma pergunta à vereadora Socorro Dutra em torno da situação dela ser a única mulher no legislativo de Mocajuba. Sendo assim, houve o seguinte questionamento: *você sentiu ou sente algum tipo de discriminação na câmara municipal em Mocajuba ou dentro do seu partido quando você entrou no decorrer dos seus mandatos?*

Não, graças a Deus sempre fui bem acolhida pelos meus colegas e pelo partido o presidente é muito meu amigo, eu continuo os 16 anos no mesmo partido e concorri todas as cinco eleições com o mesmo número então eu posso dizer que sou privilegiada nesse sentido (Vereadora Socorro Dutra. Entrevista realizada em 2022).

Nota-se por esta fala que Socorro Dutra ressalta que sempre foi bem acolhida por seus companheiros de partido e que o presidente da casa é do mesmo partido que o seu, além de ser seu amigo. Isso nos leva a afirmar que devido não haver divergências políticas, já que a vereadora é do mesmo partido, não há confronto ou discriminação pelo fato dela ser a única mulher na câmara de vereadores de Mocajuba, onde a maioria é do sexo masculino, ou pelo menos, ela não percebe e identifica alguma discriminação.

Imagem 03: Vereadora Socorro Dutra na câmara municipal de Mocajuba.



Fonte: imagem tirada da rede social Facebook e editada por Ana Camila, 2022.

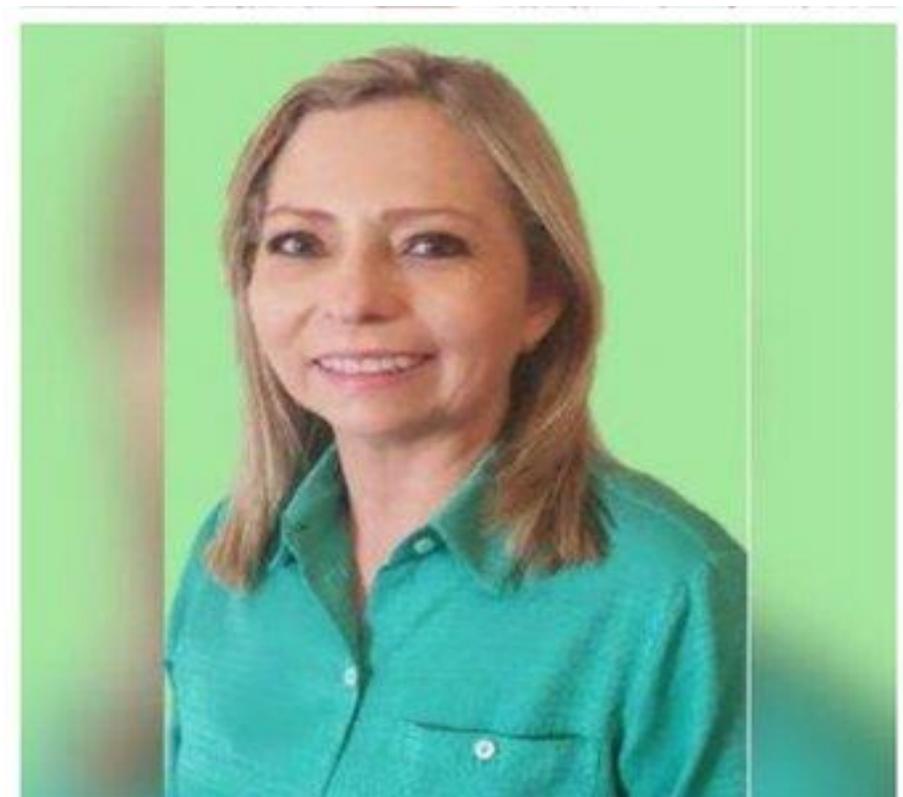
Socorro Dutra ressalta ainda que no último pleito eleitoral municipal, recebeu votação expressiva de mulheres, e que isso a deixou bastante tocada, visto que uma outra mulher deu o indicativo de voto nela. Mas, afirma ainda perceber discriminação da sociedade em votar em mulher, inclusive de mulheres. Por isso diz ter consciência da contribuição para essa mudança, pois vê sua trajetória política como uma ótima contribuição na inserção da mulher na política e na mudança da sociedade:

[...] nessa eleição eu já tive um grupo maior de mulheres, teve até um relato de uma mulher que eu achei bonito. Ela disse, eu vou voltar em você porque eu preciso de uma mulher na Câmara para me representar que conhece as nossas dificuldades, os nossos dilemas, o nosso dia a dia. Eu fiquei muito feliz com esse relato dela e mais outras coisas que ela falou que me deixaram feliz, eu tive um grupo maior. Mas a gente vê que ainda há discriminação da sociedade mesmo em votar em mulher, mas assim eu ainda não consegui até hoje detectar, isso eu ainda não consegui, porque eu tenho a consciência de que da contribuição que eu já fiz uma ótima contribuição na política para a sociedade. Mas eu acredito que a sociedade não tenho costume também de assistir as nossas sessões então se você não assistiu o nosso trabalho você não sabe o que quem está fazendo e talvez a falta de informação seja um dos fatores principais que a gente tenha essa dificuldade (Vereadora Socorro DUTRA. Entrevista realizada em 2022).

Da mesma forma, que a vereadora destaca que se sentiu feliz com o número maior de votos que recebeu de mulheres, indicativo de que essas mulheres estão se sentindo representadas ou pelo menos, as eleitoras sonham, projetam as suas aspirações nas mulheres que se lança na representação política.

Da mesma forma, a advogada Fátima Braga e ex-prefeita de Mocajuba diz ter ingressado na política municipal mocajubense com o intuito de contribuir com o desenvolvimento deste município e fortalecer o papel da mulher na política. E que poderia ser sempre uma voz muito ativa na defesa dos direitos das pessoas, principalmente, daquelas que sempre foram silenciadas, inviabilizadas. Retomando as análises de Costa (1998), verifica-se que é comum e até uma situação histórica, que as mulheres fiquem de fora do exercício do poder, isto é, no lado da subalternidade (COSTA, 1998),

Imagem 04: A advogada e ex-prefeita de Mocajuba Fátima Braga



Fonte: imagem tirada da rede social *Facebook* e editada por Ana Camila, 2022.

A advogada e ex-prefeita de Mocajuba Fátima Braga ao ser questionada a respeito um dos fatores que contribuem para a subrepresentatividade feminina na política e cultura masculina dominante, a predominância de homens nos partidos políticos acaba afastando as mulheres desses espaços, entre outras coisas os partidos não respeitam as cotas mínimas de verba destinadas às mulheres. Se concordava com isso, e como o seu partido lidou com a situação?

Hoje de fato essa resistência masculina ela foi vencida, porque existe hoje uma lei que obriga que hoje tem que ter 30% de participação feminina, que são as cotas das mulheres, e esse papel predominante dos homens ele era uma coisa muito forte e ainda é porque predominantemente a Câmara Federal e as outras unidades representativas são constituídas por homens. Mas hoje, a partir da mudança na legislação eleitoral esse espaço feminino vem sendo trabalhado, vem sendo construído e eu tenho certeza que que nós vamos avançar muito mais nesta eleição (2022), nós já temos muitas prefeitas em exercício, muitas deputados estaduais. Mas é uma construção que vem paulatinamente a cada eleição e que hoje as mulheres estão nesse cenário de forma muito mais participativa, a

mulher consegue sim exercer seus vários papéis e consegue ter uma participação feminina muito ativa na política partidária e na política sindical, enfim as representações femininas cresceram bastante em todas as áreas, até mesmo no Judiciário, nas Cortes, então acredito que daqui a algumas gerações nós estaremos em todos os espaços de forma igual, inclusive com remuneração igual (Advogada e ex-prefeita de Mocajuba Fátima Braga. Entrevista realizada<sup>8</sup>, 2022).

Da mesma forma, ao ser perguntada sobre descriminalização ou preconceito quanto ao seu gênero enquanto ocupante de cargo público, Fátima Braga diz acreditar que esse machismo diminuiu bastante, mencionando que hoje em dia, a mulher se impõe pelo trabalho. A falar também que quando foi a primeira presidenta da Câmara da cidade de Mocajuba, em 1989, nunca sentiu nenhum tipo de preconceito. Evidenciando e reforçando a sua imposição como mulher, prefeita, pelo trabalho que desenvolvia nas diversas esferas como governante, não como sendo do gênero feminino, afirmando ainda que o preconceito é vencido pelo trabalho, pelo respeito. E com isso destaca que muitas mulheres fizeram parte de seu governo quando ela foi prefeita em Mocajuba e que por isso saiu na frente em relação a esse aspecto de fortalecimento da mulher:

[...] como prefeita eu sempre busquei não a discriminação pelos gênero mas mostrar o trabalho que a gente vinha desenvolvendo nas diversas esferas como gestão como governante, não como gênero feminino então eu acho que nesse momento agora que as mulheres constroem esse papel de fortalecimento elas vão se impondo também pelo trabalho porque o preconceito você vence pelo trabalho e pelo respeito a pessoa tem que te olhar como ser humano que trabalha e que produz não como se você fosse inferior ou superior por ser mulher, eu não pude sentir o preconceito porque eu sempre fiz um esforço enorme no sentido de fazer o melhor que eu podia de todas as formas e fomos um governo eminentemente feminino com muita secretarias à frente das pastas então isso dá um tom para o governo é um governo que respeitou e que implantou a licença de seis meses para as mulheres, que trouxe as mulheres para o protagonismo nas ações de saúde, educação, assistência então acho que foi o momento em que construímos uma política extremamente diversificada no sentido da valorização da mulher nas atuações públicas, isso foi extremamente hesitoso e Mocajuba saiu na frente nesse vencimento sob qualquer dificuldade (Advogada Fátima Braga. Entrevista realizada em 2022).

---

<sup>8</sup> BRAGA, Fátima. **Entrevista I**. [jun. 2022.] 1 arquivo Mp3 (80 min). Entrevistadora: Ana Camila. Cametá: FACULDADE DE HISTÓRIA - UFPB CUNTINS/CAMETÁ, 2022. Entrevista concedida para a construção do trabalho de conclusão de curso.

Ao falar em relação ao número de mulheres com cargo político partidário, Fatima Braga afirma que nos últimos anos há um crescimento nesse cenário, mas que ainda precisa ser ampliado ainda mais esse número feminino em cargos, que eram ocupados apenas por homens. E que muitas das vezes impede que mulheres busquem carreira política ou em outros órgãos públicos, é que estas estavam mais preocupadas com suas vidas no ceio familiar.

Por outro lado, na visão vereadora Socorro Dutra, a falta de interesse e a carência de conhecimento sobre os trabalhos de um (a) vereador (a) em prol dos seus municípios contribuem negativamente na busca pela carreira política. Enfatiza ainda que a dificuldade enfrentada pelas mulheres do lar, a mãe, a dona de casa, que é cobrada, em função da sua condição matrimonial, também são fatores determinantes pelo baixo número de mulheres na política do seu município, por isso a mulher também não quer se dispor à vida política.

Esse pensamento da vereadora Socorro Dutra vai em confluência com os argumentos de Pinto (2010), ao ressaltar que “para uma pessoa de vida pública se torna difícil cuidar da família sem o apoio de alguém (Pinto, 2010 p.30).

Dentro dessa perspectiva comentada pela vereadora Socorro Dutra, Pinto (2010) enfatiza:

Existem outros desafios que a mulher enfrenta principalmente para conseguir ter uma vida pública e ter que conciliar com o cotidiano da casa. Tendo dupla jornada de trabalho, além de trabalhar fora de casa onde ela busca sua independência e meios de qual ela se torna uma conciliadora no lar, pois, assim como ela executa suas tarefas no trabalho, fora dele ela precisa arrumar tempo para cuidar da casa, filhos e marido (PINTO, 2010, p.30)

Tanto a autora, quanto a vereadora, colocam apontamentos semelhantes, isto é, há uma dificuldade em preencher cotas partidárias com o gênero feminino por conta dos desafios em que uma mulher enfrenta principalmente para conseguir conciliar seus afazeres diários com os desafios da política.

É importante pontuar que a ex-prefeita de Mocajuba Fátima Braga é a atual secretária de educação do Estado do Pará, e o entendimento que se tem é que o governador Helder Barbalho a convidou por conta de seu trabalho no município, de sua capacidade de realização, poder de articulação e comprometimento.

Imagem 05: A advogada Fátima Braga com o Governador Helder Barbalho



 Curtido por **marlucia.lisboa** e outras pessoas

**helderbarbalho** #EducaçãoPorTodoPará | Hoje recebemos nossa Secretária de Educação, Fátima Braga, junto com a Presidente do Conselho Estadual de Educação (CEE/Pa), Betânia Fidalgo e a Presidente da Câmara de Educação Básica do CEE/Pa, Beatriz Padovani. Nesta reunião tratamos importantes propostas para melhorar a gestão educacional no Pará! 🧑🏫 🏫 🏫 🧑🏫 🏫

Fonte: imagem retirada da rede social *Instagram* e editada pela autora Ana Camila, 2022.

Uma situação bastante curiosa que foi percebida no decorrer da pesquisa é a afirmativa de que mulheres não votam em mulheres. De acordo com Costa (1998) as mulheres são maioria no eleitorado Brasileiro, mas ainda assim não possuem representatividade significativa ao número de eleitoras. Segundo a vereadora Raimunda Dutra, isso realmente ocorre “por que a sociedade da sua cidade é bastante preconceituosa”, ou na nossa concepção até mesmo machista.

Já Fátima Braga acredita que isso pode ser revertido a partir de um processo de convencimento do voto, que hoje não vai pela tônica do empoderamento feminino,

mas sim é fruto de um conjunto de fatores, um processo em construção inclusive com propagandas feita pelo próprio Tribunal Eleitoral.

Raimunda Dutra, disse ainda que não encontrou motivos para tanto preconceito por parte da classe feminina, acha que pelo fato de a sociedade municipal não ter o costume de assistir as sessões na câmara municipal, que não conhecem os trabalhos dos seus representantes, reforçando ainda que a desinformação como fator principal para tal dificuldade.

Nota-se, que tanto a vereadora, quanto a ex-prefeita mencionam que para reverter esse processo de desinformação, é necessário um trabalho de conscientização, promovendo palestras nas comunidades, nas escolas, mostrando a importância das mulheres em várias esferas dos poderes institucionais, de como também são capazes de representarem a sua classe, pois uma mulher pode ter com olhar diferenciado, tem capacidade de envolver e agregar; é empoderada e sempre está pronta para os desafios, pois tem capacidade para tal e não merece ser questionada (se é capaz ou não de fazer algo) por conta de seu gênero. Nesse panorama podemos refletir com o seguinte pensamento “embora que a mulher tenha capacidade e conhecimento, ela é questionada pelo simples fato de ser mulher como se não fosse capaz de exercer qualquer cargo político, tal que na política a mulher não pudesse se envolver” (PINTO, 2010, p.17).

Não é de se surpreender quanto ao número reduzido de mulheres na vida política partidária, ou melhor, em vários seguimentos institucionais, frente a uma sociedade patriarcal machista. O mais interessante dessa sociedade quando se refere às mulheres, é a falta de conhecimento para com estas, por exemplo, isso ficou evidente quando em 1983, a Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço – NASA<sup>1</sup>, enviou a primeira mulher para uma missão espacial; missão que duraria seis (6) dias e, o interessante, ou bem dizer, inusitado, foi quando lhe perguntaram se uma centena de absorventes femininos seriam suficientes nessa missão ([https://www.youtube.com/watch?v=d\\_cmGEWhpTw](https://www.youtube.com/watch?v=d_cmGEWhpTw) ).

Por fim, diante do mencionado exemplo, percebe-se o quão se sabe nada ou muito pouco sobre a mulher, homens com mentes brilhantes do século XXI, capazes enviar o homem à lua, ainda mais de uma conceituada agência espacial como a NASA, com mentes brilhantes, maioria masculina da época, capazes de fazer feitos extraordinários. Mostra também que essas mentes masculinas de feitos extraordinários sabiam muito, mas não o básico de uma mulher, do corpo humano

feminino, o mínimo necessário para tal situação. ([https://www.youtube.com/watch?v=d\\_cmGEWhpTw](https://www.youtube.com/watch?v=d_cmGEWhpTw))

. Nesse contexto, sem dúvida nenhuma isso evidencia que a melhor pessoa para decidir algo por mulheres seria a própria mulher, não desmerecendo ninguém, mas o quanto uma mulher pode fazer diferença.

### 2.3. DEMONSTRATIVO HISTÓRICO-QUANTITATIVO DE MULHERES NA POLÍTICA PARAENSE E MOCAJUBENSE

No Brasil, há estudos e pesquisas que apontam que as mulheres são mais de 50% (cinquenta por cento) da população eleitoral brasileira, contudo não ocupam nem 1/4 (um quarto) das cadeiras do legislativo ou executivo, isso nos âmbitos federal, municipal e estadual.

No Pará, também há uma porcentagem maior que 50% do eleitorado feminino. Esse demonstrativo é dentro de um montante de mais de seis milhões de eleitores como é evidenciado no quadro abaixo.

QUADRO 2- ELEITORADO – PARÁ – 2022

<b>Gênero</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
<b>Feminino</b>	3.066.174	50,41 %
<b>Masculino</b>	3.015.851	49,58 %
<b>Não informado</b>	287	0,00 %
<b>Total</b>	<b>6.082.312</b>	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral 2022 [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-leitorado/genero?p7\\_menu=GENERO&clear=RP&session=16447263816896](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-leitorado/genero?p7_menu=GENERO&clear=RP&session=16447263816896)

Em Mocajuba nas últimas eleições, dos 11 vereadores eleitos, apenas 1 é do gênero feminino, que é a vereadora Socorro Dutra do partido Movimento Democrático Brasileiro – MDB, eleita com 760 votos.<sup>9</sup> Nesse panorama, é relevante mostrar que houve a tentativa de outras mulheres de serem eleitas para a câmara municipal, sendo

<sup>9</sup> Câmara Municipal de Mocajuba. **Vereadores 2021-2024**. Disponível em: < <https://camaramunicipaldemocajuba.pa.gov.br/vereadores-2021-2024/> >. Acesso em: 01 ago. 2022.

que o número de eleitas foi baixíssimo. Com destaque para a vereadora Socorro Dutra que como já fora dito no presente trabalho, foi eleita em 5 pleitos eleitorais.

QUADRO 3- Mulheres na eleição Municipal de Mocajuba em 2008

UF	Partido	Número	Nome	Cargo	Situação de totalização
PA	DEM	25123	ANDREA TAMARA CAPELA MELO RAMALHO	Vereador	Média
PA	PC do B	65123	LILIANE PEREIRA DE OLIVEIRA	Vereador	Suplente
PA	PMDB	15015	REGINA LÚCIA QUEIROZ MARTINS	Vereador	Suplente
PA	PMDB	15104	RAIMUNDA DO SOCORRO MENDES DUTRA	Vereador	Eleito
PA	PP	11222	ROSINA BARRETO NABIÇA	Vereador	#NULO#
PA	PP	11234	JUANETE DA COSTA LOPES	Vereador	#NULO#
PA	PR	25	MARIA ALDA FERREIRA RIBEIRO	Vice-Prefeito	#NULO#
PA	PRB	10555	MARIA DO CARMO CARVALHO BALIEIRO FILHA	Vereador	Não eleito
PA	PSDC	27345	ANA RAQUEL VALENTE GOMES	Vereador	Suplente
PA	PSOL	50123	MARIA DO SOCORRO CARVALHO SOARES	Vereador	Não eleito
PA	PSOL	50789	HELLEN SILVANA VIANA DE MORAES	Vereador	Não eleito
PA	PT	13123	EUCI ANA DA COSTA GONÇALVES	Vereador	Não eleito
PA	PT	13444	ROSA EUNICE GONÇALVES ALVES	Vereador	#NULO#
PA	PT	13500	MARIA DE FATIMA QUADROS CUNHA	Vereador	Não eleito
PA	PTC	36789	SILVANA BORGES DOS SANTOS	Vereador	Indeferido com Recurso
PA	PV	43222	MARIA SOTÉRIA BATISTA RIBEIRO	Vereador	Suplente

Fonte: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/lista\\_candidatos?p0\\_ano=2008&session=8853113732451](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/lista_candidatos?p0_ano=2008&session=8853113732451)

QUADRO 4- Mulheres na eleição Municipal de Mocajuba em 2012

UF	Partido	Número	Nome	Cargo	Situação de totalização
PA	DEM	25	MARIA ALDA FERREIRA RIBEIRO	Prefeito	Não eleito
PA	DEM	25123	ANDREA TAMARA CAPELA MELO	Vereador	Não eleito
PA	DEM	25456	ELZA DO SOCORRO CUNHA ALVES	Vereador	Não eleito
PA	DEM	25555	MARILDE FELIX DE QUEIROZ	Vereador	Não eleito
PA	PDT	12123	LUANE RODRIGUES IGREJA	Vereador	Suplente
PA	PDT	12200	OCILEIDE PANTOJA FERNANDES	Vereador	Suplente

PA	PMDB	15104	RAIMUNDA DO SOCORRO MENDES DUTRA	Vereador	Eleito por qp
PA	PMDB	15777	ELANE DO SOCORRO DO CARMO OLIVEIRA	Vereador	#Nulo#
PA	PPS	23234	DHYANI KLEN PEREIRA DE ALMEIDA	Vereador	Suplente
PA	PPS	23456	MARIA CONCEIÇÃO COUTO BRITO	Vereador	Suplente
PA	PR	22347	HELENA PATRÍCIA CONCEIÇÃO BASILIO	Vereador	Suplente
PA	PR	22789	SELMA MARIA PEREIRA DAS NEVES	Vereador	Suplente
PA	PSB	40000	ESTER DE SOUSA MENDES	Vereador	Suplente
PA	PSB	40140	MARIA IVETE DAMASCENO SENA OLIVEIRA	Vereador	#Nulo#
PA	PSB	40222	NELMA DE FÁTIMA PONTES FRANCO	Vereador	Suplente
PA	PSB	40258	IDALIANE JOYSE ALMEIDA MORAES	Vereador	#Nulo#
PA	PSDB	43	MARIA JOSÉ BAIA PINTO AMÉRICO	Vice-prefeito	#Nulo#
PA	PSDB	45123	ROSINÉLIA MAIA SABÁ	Vereador	Suplente
PA	PSOL	50456	MARIA DO SOCORRO CARVALHO SOARES	Vereador	Não eleito
PA	PT	13111	CLAUNILDA MARIA FERREIRA BATISTA	Vereador	#Nulo#
PA	PT	13333	MARIA ODILENE MIRANDA DO CARMO	Vereador	Não eleito
PA	PT	13444	ROSA EUNICE GONÇALVES ALVES	Vereador	Não eleito
PA	PT	13500	MARIA DE FÁTIMA QUADROS CUNHA	Vereador	Não eleito
PA	PT	13555	MARIA CELESTE MEIRELES BARROSO	Vereador	Não eleito
PA	PV	43	MARIA JOSÉ BAIA PINTO AMÉRICO	Vice-prefeito	Não eleito
PA	PV	43123	NILCE DO SOCORRO GUIMARÃES MAIA	Vereador	Suplente
PA	PV	43456	ANA RAQUEL VALENTE GOMES	Vereador	Suplente
PA	PV	43890	MARIA SOTÉRIA BATISTA RIBEIRO	Vereador	Suplente

Fonte: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sigandidaturas/listadacandidatos?p0\\_ano=2008&session=8853113732451](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sigandidaturas/listadacandidatos?p0_ano=2008&session=8853113732451)

QUADRO 5- Mulheres na eleição Municipal de Mocajuba em 2016

UF	Partido	Número	Nome	Cargo	Situação de totalização
PA	DEM	25	MARIA ALDA FERREIRA RIBEIRO	Prefeito	Não eleito
PA	DEM	25147	KATILENE VALENTE BRITO	Vereador	Suplente
PA	DEM	25456	ELZA DO SOCORRO CUNHA ALVES	Vereador	Suplente
PA	DEM	25555	MARILDE FELIX DE QUEIROZ	Vereador	Suplente

PA	DEM	25678	ILMA LUCIA BARBOSA MARTINS	Vereador	Suplente
PA	PATRIOTA	51000	PAULA MARIA PASTANA TENÓRIO	Vereador	Suplente
PA	PATRIOTA	51051	ISA MOREIRA DOS REIS	Vereador	Suplente
PA	PATRIOTA	51222	MARIA CONCEIÇÃO COUTO BRITO	Vereador	Eleito por média
PA	PATRIOTA	51512	ANTONIA DO SOCORRO CORREA LOPES	Vereador	#NULO#
PA	PATRIOTA	51742	LUCILEIA PANTOJA PORTILHO	Vereador	Suplente
PA	PMDB	15	ELIETH DE FÁTIMA DA SILVA BRAGA	Prefeito	Eleito
PA	PMDB	15000	NILCE DO SOCORRO GUIMARÃES MAIA	Vereador	Suplente
PA	PMDB	15104	RAIMUNDA DO SOCORRO MENDES DUTRA	Vereador	Eleito por QP
PA	PMDB	15678	GUARDINA BARBOSA PAZ NETA	Vereador	Suplente
PA	PMN	33123	ANA RAQUEL VALENTE GOMES	Vereador	Suplente
PA	PMN	33456	RUTH CABRAL DA CRUZ	Vereador	Suplente
PA	PP	11000	ROSIANE LOPES PAES	Vereador	Suplente
PA	PRB	10000	JULIANE DA CRUZ ESTUMANO	Vereador	Suplente
PA	PSB	40000	ROSIENE PANTOJA DE MORAES	Vereador	Suplente
PA	PSD	55000	MARIA LUCIA RODRIGUES DA SILVA	Vereador	Suplente
PA	PSDC	27001	NILVANE MARTINS QUEIROZ	Vereador	Suplente
PA	PSDC	27002	PRISCILA EFIGENIA DE OLIVEIRA SOUZA	Vereador	Suplente
PA	PSOL	50456	ROSENILDA DA SILVA GOMES	Vereador	Não eleito
PA	PT	13630	DOMINGAS DE ALELUIA COELHO AMARAL	Vereador	Suplente
PA	REDE	18	MARIA DO CARMO DA SILVA AMERICO	Prefeito	Não eleito
PA	REDE	18000	ELIZABETH DA CRUZ MACIEL	Vereador	Não eleito
PA	REDE	18888	ELIZABETE ASSUNÇÃO DOS REIS	Vereador	Não eleito
PA	SD	77776	MAIZA SILVA DA CRUZ	Vereador	Suplente
PA	SD	77779	LEIDIANE SILVA DA CRUZ	Vereador	Suplente

Fonte: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/listacandidatos?p0\\_ano=2016&session=8853113732451](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/listacandidatos?p0_ano=2016&session=8853113732451)

QUADRO 6- Mulheres na eleição Municipal de Mocajuba em 2020

UF	Partido	Número	Nome	Cargo	Situação de totalização
PA	CIDADANIA	23001	LEDA MARIA MARQUES SILVA	Vereador	Suplente
PA	CIDADANIA	23007	ADRIANA ATAIDE DE SÁ	Vereador	Suplente
PA	CIDADANIA	23013	CLEUDIANE CORREA LOPES	Vereador	Suplente

PA	CIDADANIA	23130	JOANA MARIA SEPEDA MENDONÇA	Vereador	Suplente
PA	CIDADANIA	23999	NAZARE LOBATO PORTILHO	Vereador	Suplente
PA	MDB	15104	RAIMUNDA DO SOCORRO MENDES DUTRA	Vereador	Eleito por média
PA	MDB	15222	DIVOELZA SILVA TENORIO	Vereador	Suplente
PA	MDB	15456	MARIA DAS DORES MOREIRA CAMPOS	Vereador	Suplente
PA	MDB	15678	DOMINGAS DA ALELUIA COELHO AMARAL	Vereador	#NULO#
PA	PL	22391	MARIA ROSA ARRUDA LISBOA	Vereador	Suplente
PA	PL	22456	MARIA JULIETA CALDAS FERNANDES	Vereador	Suplente
PA	PL	22555	MARIA DINALVA GAIA MORAES	Vereador	Suplente
PA	PMB	35123	BRENDA DOS SANTOS CALDAS	Vereador	Não eleito
PA	PP	11002	SOLANGE DO SOCORRO TENÓRIO PANTOJA	Vereador	Suplente
PA	PP	11032	PRISCILA BRAGA CORREA	Vereador	Suplente
PA	PP	11115	DANIELA CARVALHO CANTÃO RAMOS	Vereador	Suplente
PA	PP	11123	ELZA DO SOCORRO CUNHA ALVES	Vereador	Suplente
PA	PP	11191	CARLA JAQUELINE GADELHA DE OLIVEIRA	Vereador	Suplente
PA	PROS	90001	NAYANE CARVALHO CANTÃO	Vereador	Suplente
PA	PROS	90111	ALESSANDRA CARVALHO ESTUMANO	Vereador	Suplente
PA	PROS	90190	JOANA DARC CHAVES LOBO	Vereador	Suplente
PA	PROS	90777	ANGELICA PANTOJA DA COSTA LOPES	Vereador	Suplente
PA	PROS	90888	ELIZABETE ASSUNÇÃO DOS REIS	Vereador	Suplente
PA	PSB	40000	ODALENE DUTRA PINTO	Vereador	#NULO#
PA	PSB	40333	LIGIANE DA SILVA CORREA	Vereador	Não eleito
PA	PSB	40444	NELMA DE FÁTIMA PONTES FRANCO	Vereador	Não eleito
PA	PSC	20321	CAMILA CANTÃO BRAGA	Vereador	Suplente
PA	PSC	20486	MARIA NILVA RIBEIRO LOPES	Vereador	Suplente
PA	PSC	20666	LUANA DIAS DA SILVA	Vereador	Suplente
PA	PSC	20678	MARIA DO CARMO CALDAS COSTA	Vereador	Suplente
PA	PSC	20789	FRANCIELDA GONÇALVES VERGOLINO	Vereador	Suplente
PA	PSDB	45000	IRANILDA GONÇALVES	Vereador	Não eleito
PA	PSDB	45222	MARIA LÚCIA RODRIGUES DA SILVA	Vereador	Não eleito

PA	PSDB	45234	ROSILENE ALMEIDA RODRIGUES	Vereador	Não eleito
PA	PSDB	45777	CLAUDIANE RODRIGUES CLARINDO	Vereador	Não eleito
PA	PT	13120	MARIA DELMA PORTILHO BRITO	Vereador	Suplente
PA	PT	13456	JOICE DANDARA FERREIRA BATISTA	Vereador	Suplente
PA	PT	13613	MARIA ROSILENE FERNADES CARVALHO	Vereador	Suplente
PA	PTC	36222	AGATHA VANESSA RODIGUES PINTO	Vereador	#NULO#
PA	SOLIDARIEDA DE	77000	TITA MIRANDA ALBUQUERQUE SILVA	Vereador	Suplente
PA	SOLIDARIEDA DE	77777	EDVALDA RUFINO DE FREITAS	Vereador	Suplente
PA	SOLIDARIEDA DE	77789	ANA RAQUEL VALENTE GOMES	Vereador	Suplente
PA	SOLIDARIEDA DE	77890	JOANA DARC RIBEIRO DIAS	Vereador	Suplente

Fonte: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/lista/candidatos?p0\\_ano=2020&session=8853113732451](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/lista/candidatos?p0_ano=2020&session=8853113732451)

Na região da Amazônia Tocantina, é importante falar de Cametá, já que é uma cidade polo e também conta com uma única representação feminina na câmara legislativa.

Nesse viés, Duarte (2006) aponta que:

no campo político, apesar das campanhas que dão uma visão de ocupação feminina nos cargos políticos, esse processo ainda é muito lento. Em alguns casos, como o exemplo da cidade de Cametá, é quase inexistente. Por isso, o estudo da mulher dentro do quadro político Cametaense em comparação com o quadro mais abrangente em nível nacional se torna importante para pensarmos na mulher e suas conquistas, e principalmente como essas conquistas ainda são coagidas mesmo existindo em direito, mas na prática não ocorrem (DUARTE, 2006).

Este aspecto pontuado pela autora sobre a cidade de Cametá, representa de alguma forma, o panorama de participação feminina na política brasileira. Já pontuamos no presente estudo, que é uma condição histórica como afirma Duarte (2006), mas temos que ter em mente que a ruptura deste sistema patriarcado parte também da vontade das mulheres de participarem não só da política, mas também de lideranças em diversas áreas ou seguimentos. É necessário um empoderamento cada

vez mais crescente e a certeza que a presença feminina tem muito a contribuir em qualquer seguimento.

Dentro dessa perspectiva, colocamos a fala da secretária de educação do estado do Pará e ex-prefeita de Mocajuba, Fátima Braga, sobre o empoderamento e a participação feminina em áreas diversas.

[...] com todo esse esforço que vem sendo feito, nesse esse trabalho de melhoria da participação feminina em todas as áreas essa é uma tendência que vai frutificar pois hoje a gente vê muitos movimentos que tratam deste empoderamento e da participação inclusive amplas propagandas até mesmo propagandas institucionais dos próprios tribunais eleitorais já falam dessa participação, então acho que essa vai ser uma construção a partir da conscientização de que nós mulheres precisamos nos enxergar nas outras, de entender que a nossa percepção é mais diferenciada e que nosso papel é mais diferenciado que nosso olhar, é um pouco mais ampliado e humanizado e eu acho que isso vai avançar bastante também, acredito nisso (BRAGA, Fátima. Relato oral, 2022).

É importante mencionar que o quadro a seguir é um demonstrativo do pleito eleitoral municipal no Pará de 2016, já que as mesmas informações de 2020 não estavam abrindo no site do Tribunal Superior Eleitoral.

QUADRO 7-ELEIÇÕES 2016 – PARÁ – CARGO/SEXO

Cargo	Sexo	Quantidade	Eleito/a
Prefeito	Masculino	449	122
	Feminino	85	21
Vereador	Masculino	12.614	1.493
	Feminino	6.003	241

Fonte: + Mulheres na política: retrato da sub-representação feminina no poder – 2016

Pinheiro (2006) destaca que o Brasil foi um dos primeiros países que garantiram o direito ao voto feminino. A autora destaca que isso se deu nas primeiras décadas do século XX e pontua precisamente que o Brasil “foi o quinquagésimo país a fazê-lo, por meio da promulgação do novo Código Eleitoral, em fevereiro de 1932, pelo então presidente Getúlio Vargas (Decreto 21.076/32)” (PINHEIRO, 2006, p. 24).

Por fim, os quadros aqui colocados reiteram o que foi pesquisado e clarificam a situação de que o eleitorado feminino ainda que seja maior, não garante uma maior representatividade feminina nos poderes legislativo e executivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego ao término da construção do presente estudo, com mais convicção e propriedade sobre o quão importante é a tomada de consciência por parte das mulheres no que se refere as lutas travadas para se ter representatividade na política partidária brasileira.

A pesquisa me trouxe a certeza que o eleitorado feminino, apesar de ser maioria no Pará, no Município de Mocajuba e no Brasil, infelizmente não há tantas mulheres disputando cargos eletivos. Assim sendo, seria teoricamente mais fácil que elas pudessem votar em mulheres para se ter uma maior representatividade. Contudo, não há essa consciência até porque não há muitas mulheres que estejam dispostas a se lançarem na política e enfrentarem um território amplamente masculino, que em alguns casos, ainda são hostis, o que deixam evidente a herança patriarcal que ainda é forte e pulsante. Aconteceram os avanços? Sim! Mas ainda temos que recorrer a cotas e porcentagens para termos as condições de participar e com chances de lutar para ganhar.

E falando de lutas e ganhos, fiquei muito lisonjeada de poder pesquisar sobre a trajetória política de duas mulheres mocajubenses: a ex-prefeita Fátima Braga e a vereadora Socorro Dutra. Elas duas foram a maior motivação para a construção deste estudo. Ambas possuem uma trajetória de lutas, conquistas e muito trabalho. Fátima foi prefeita de Mocajuba e hoje é secretária de educação do Estado do Pará. Socorro é vereadora e há 5 mandatos consecutivos consegue se eleger.

A vereadora pontuou, inclusive, que a cada eleição disputada percebeu que o seu eleitorado feminino aumentou. Socorro Dutra faz questão de ressaltar que o fato de uma eleitora ter lhe dito que votaria nela para se sentir representada, gesto que a deixou emocionada e ciente do seu papel no quadro legislativo mocajubense.

Assim como, essa mesma disse que é muito complicado que muitas mulheres tenham que se afastar dos compromissos diários e que o seu papel no dia a dia e os afazeres de sua família, são colocados como um elemento inibidor para uma possível filiação/candidatura.

Aquelas que se lançam como candidatas e são eleitas, sabem o quanto precisam se dedicar, interagir e acima de abdicar de momentos com a família para poder exercer sua função da melhor maneira possível.

Hoje, eu compreendo que essa representação é resultado de ações históricas, em que as vanguardas femininas mostraram que é possível sim termos paridade de gênero em ambientes dominados pelos homens e termos êxito em qualquer cargo que possamos ocupar, isso independe do gênero. Depende de oportunidade, ações proativas e muita sapiência para saber direcionar àquilo que é necessário para as mulheres estarem mais do nunca avançando na política e em outras áreas, lutando e nos representando.

## FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA

### a) Fontes Orais:

Advogada Fátima Braga, ex-prefeita de Mocajuba;

Vereadora Socorro Dutra

Professora Katiúscia Vieira

Primeira-Dama Ivani Pereira

Edilene Meireles

### b) fontes documentais escritas, visuais e bibliográficas:

Documentário - Participação feminina na política (Tv Justiça). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=VY8UWet\\_rYU&t=439s](https://www.youtube.com/watch?v=VY8UWet_rYU&t=439s)> Acesso em: ago 2022.

Alzira Soriano nasceu e cresceu em Jardim de Angicos, um distrito de Lajes, no Rio Grande do Norte. Com o apoio de Bertha Lutz, fundadora e coordenadora nacional da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), e do governador Juvenal Lamartine, candidatou-se à prefeitura de Lajes, em 1928, pelo Partido Republicano. Apesar dos ataques misóginos que marcaram a campanha eleitoral, Alzira Soriano alcançou a incrível marca de 60% dos votos válidos, tornando-se a primeira prefeita mulher não só do Brasil como também da América Latina. Disponível em: <<https://www.mulheresdeluta.com.br/alzira-soriano/>>. Acesso em: 12/08/22.

Mocajuba é uma cidade de Estado do Pará. Os habitantes se chamam mocajubenses. O município se estende por 870,8 km<sup>2</sup> e contava com 31 136 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 35,8 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-mocajuba.html>>. Acesso em: 12/08/22.

**3 razões pelas quais as mulheres brasileiras não estão na política** | Mônica Sodré |. Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=d\\_cmGEWhpTw](https://www.youtube.com/watch?v=d_cmGEWhpTw)>. Acesso em: ago 2022.

Fonte: + **Mulheres na política**: retrato da sub-representação feminina no poder – 2016; TSE Mulheres (2022).

TSE Mulheres. **Uma sociedade realmente democrática inclui a participação das mulheres em todas as áreas, inclusive na política**. Disponível em: <<https://www.justicaeeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#historia>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

TSE Mulheres. **Uma sociedade realmente democrática inclui a participação das mulheres em todas as áreas, inclusive na política.** Disponível em: <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#historia>>. Acesso em: 10 ago. 2022.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Carmen: 1982. 190 p. **Direitos reprodutivos**. Folha de São Paulo, São Paulo, 1985.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987

COSTA, Patricia Gay Pepper da. **Inserção da categoria do gênero nas relações internacionais**: contribuição brasileira a conferência de Beijing' 95. Brasília, 1997.

FERREIRA, Marinalva. **A participação feminina na política: uma análise histórica da gestão da prefeita Lourdes Lima no município de Irituia-pa, 1989-1992**. 60 f. Trabalho de conclusão de curso (TCC) Apresentando na Faculdade de História da Universidade Federal do Pará da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Baião-PA, 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP> Alinea, 2001.

PACHECO, Agenor Sarraf (Org.). Das memórias à História, cotidiano, trabalho e cultura em Mocajuba. Rocha Gráfica e Editora Lita. Belém, 2004.

PINHEIRO, Luana. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. 248 f. Trabalho de conclusão de curso (dissertação) Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação P. Abramo, 2003.

PINHEIRO, Rórima Nery. **CULTO EM HONRA À NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NO MUNICÍPIO DE MOCAJUBA/PA**: história, religiosidade e cultura. Trabalho de conclusão de curso (TCC) Apresentando na Faculdade de História da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Baião-PA, 2015

PORTELLI, Alberto. (2017) **Um trabalho de relação**: observações sobre a história oral. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.7, nº13 jul-dez, p.182-195.

PORTELLI, Alessandro. MEMÓRIA E DIÁLOGO: DESAFIOS DA HISTÓRIA ORAL PARA A IDEOLOGIA DO SÉCULO XX. IN: História oral: desafios para o século XXI [online] (., orgs.: ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Available from SciELO Books.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: Revista do programa de estudos pós-graduados em História, PUC-SP, n. 15, abr. 1997

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, 1992, pp. 207- 208.

SANTOS, Nilton. **Mulheres, saberes e escolarização**: histórias de vidas no município de Cametá-PA. 68 f. Trabalho de conclusão de curso (monografia) Universidade Federal do Pará – Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Cametá-PA, 2017.

SOUZA, Ednaldo Fernandes de. Cidades ribeirinhas do Baixo Tocantins: impactos socioambientais e urbanização em Mocajuba- Pará. Dissertação (mestrado em desenvolvimento urbano e meio ambiente)- UNAMA, Belém, 2013.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. In: Revista do programa de estudos pós-graduados em História, PUC-SP, n. 15, abr.1997.

Sites:

[cidades@.www.ibge.gov.br](mailto:cidades@www.ibge.gov.br)

<http://www.mocajuba.pa.gov.br>

---